



Maria Santos

Prof.<sup>a</sup> ens. sup. Pres. Interbio – Ass. Interprofissional para a Agricultura Biológica

## Agricultura biológica: aposta para Portugal!

### EDITORIAL

Helena Garrido

### Os pais e a escola

A escola é a imagem do país. Dual na qualidade e na responsabilidade. Pouco profissional e muito dependente do voluntarismo de alguns. Há boas e más escolas. Excelentes e péssimos professores. Mas tudo é tratado de forma igual, ficando a qualidade nas mãos de o acaso colocar na escola pessoas que, pelas suas características de personalidade, são dedicadas à profissão e indiferentes à falta de recompensa. É assim na escola, na administração pública em geral e, frequentemente, também no sector privado.

Todas as reformas que incentivem uma cultura de profissionalismo contribuem para o desenvolvimento. E a escola é sem dúvida por onde se deve começar. Hoje, na escola, as crianças estão também a aprender que tanto faz ser bom como mau profissional.

É preciso retirar da escola os professores que estão lá por engano e melhorar o desempenho dos que precisam de incentivos para ensinar com mais qualidade e empenho.

A proposta apresentada ontem pelo Governo é, em abstracto, positiva. O mérito é premiado, a avaliação consequente e a exigência concretizada no acesso à profissão e na progressão na carreira. Os professores, tal como deve acontecer em todas as profissões, são responsabilizados.

Mas o envolvimento dos pais na avaliação dos professores é um dos principais riscos do modelo. Sendo meritório o objectivo de incentivar os pais a contribuírem mais para melhorar a escola e a educação dos filhos, é preciso avaliar se os benefícios que daí se pode retirar não são mais do que anulados pela possibilidade de degradação do ensino.

O défice de exigência contagiou boa parte dos portugueses. Muitos habituaram-se já à ausência de consequências, negativas ou positivas, na sua actividade profissional ou na sua vida quotidiana. E quem actua com irresponsabilidade tenderá sempre a considerar que o bom professor será aquele que passar a criança para o ano seguinte sem olhar ao seu desempenho.

Obviamente que nada disto acontecerá nas escolas em que a qualidade já é uma regra. Os maiores riscos de o envolvimento dos pais degradar a qualidade do ensino estão nas zonas onde a exigência já é baixa, o que tanto pode acontecer nas classes mais elevadas como nas mais baixas.

Não contribuindo para melhorar as piores escolas, a participação dos pais, neste caminho de maior responsabilização dos portugueses, sendo importante, tem de concretizar-se com sensatez. |

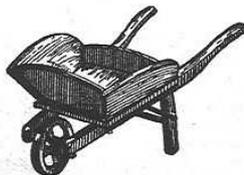
J á ouvimos falar da necessidade de promover a sustentabilidade das políticas públicas e do desenvolvimento como forma de garantir a perenidade dos recursos naturais, a solidariedade entre gerações ou a competitividade dos mercados nacionais. No entanto, pouca importância se tem dado a uma fileira produtiva que, pela especificidade, contribui significativamente para a qualidade de vida e protecção da natureza: a agricultura biológica!

Em Abril foi apresentada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que pretende ser “um instrumento mobilizador da sociedade portuguesa” para enfrentar os “desafios do desenvolvimento sustentável do País”. Ao enumerar um conjunto de planos, programas e estratégias sectoriais, desde o Plano Tecnológico ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, e ao definir as premissas que devem reorientar o modelo de desenvolvimento para a próxima década, o Governo desafia os portugueses a comprometerem-se, individual e colectivamente, na corporização de um novo designio nacional, i.e., a “retomar uma trajectória de crescimento que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia”. Sei que alguns dos leitores dirão que isso é conversa de políticos! No entanto, permitam-me discordar desse recorrente pessimismo luso, quantas vezes atávico e empobrecedor do exercício de uma cidadania activa. O que falta ao País é acreditar em si próprio. Acreditar que é possível reverter as dificuldades actuais, melhorando “comportamentos” produtivos, promovendo uma empregabilidade que se alie a iniciativas empresariais inovadoras, requalificando ou desenvolvendo potencialidades endógenas.

A agricultura biológica é genericamente um modo de produção agrícola que exclui o uso de produtos químicos sintetizados (pesticidas, fertilizantes, antibióticos...) com o objectivo de preservar o ambiente, a fertilidade dos solos e produzir alimentos, devidamente controlados e certificados, que mantenham todas as suas propriedades naturais. É uma actividade em franco crescimento em países da UE, com destaque para a França, a Itália, a Alemanha e a Espanha, mas que não tem tido um incremento idêntico

no nosso país, apesar das enormes potencialidades agro-ecológicas de que beneficiamos. De facto, ainda que Portugal possua excelentes condições para o modo de produção biológico, apenas cerca de 1300 agricultores o praticam, num universo de sensivelmente 400 mil produtores. Por outro lado, temos constatado que, se a procura de “produtos Bio” tem aumentado significativamente nos últimos anos, o mercado nacional não parece estar ainda em condições de corresponder positivamente às expectativas dos consumidores portugueses, recorrendo sistematicamente à importação de muitos desses produtos.

Estamos assim perante uma actividade económica “amiga do ambiente”, com possibilidades de crescimento excepcionais, mas a precisar de um fortíssimo impulso dinamizador! Foi com a clara percepção das virtualidades deste modo de produção, bem como da constatação do atraso que se tem verificado no desenvolvimento do sector em Portugal, que se constituiu, no final de



### Dar importância no mercado à agricultura biológica, como marca de qualidade e factor de promoção nacional

2005, a primeira Associação Interprofissional para a Agricultura Biológica, sem fins lucrativos, a Interbio, a que tenho a grata honra de presidir. Esta entidade visa dar projecção à agricultura biológica junto do sector agrícola e simultaneamente do público em geral, sobretudo no que respeita à qualidade alimentar, um dos principais direitos dos consumidores. Aliás, temos presente que compete em primeira instância ao Governo dar sequência às decisões consagradas na Declaração de Copenhaga, subscrita por to-

dos os Estados da União, onde se destaca o modo de produção em agricultura biológica como um elemento indispensável para a resolução de muitos problemas associados quer à produção alimentar quer ao ambiente e ao desenvolvimento rural. Todavia, não duvidamos de que só com o nosso empenhamento directo poderemos contribuir para que as entidades públicas assumam também as suas próprias responsabilidades. A inexistência, por exemplo, de uma política de apoio expresso à agricultura biológica, através de um conjunto de medidas concertadas, é uma grave lacuna que urge, com a máxima urgência, suprir! Neste sentido, mostramo-nos disponíveis desde já para cooperar na sua rápida e criteriosa elaboração. O reconhecimento da necessidade de valorizar o património natural e a conservação da natureza, desenvolvendo políticas sectoriais que vão desde o combate à desertificação do território, à preservação da paisagem, à sustentabilidade das práticas agrícolas ou à segurança alimentar, deve motivar-nos a fazer mais e melhor pelo nosso país.

No dia 7 realiza-se em Alenquer o I Congresso Nacional de Agricultura Biológica. Sob o lema “Uma aposta para Portugal”, reunir-se-ão os sectores da produção, transformação, comercialização, certificação e investigação/formação, apresentando-se ainda iniciativas, de que se destaca o painel de oradores especialistas que reflectirá sobre a agricultura biológica e o futuro.

Os “pioneiros” desta actividade económica, aqueles que teimaram em apostar numa agricultura alternativa às práticas agrícolas convencionais, estão de parabéns! A coragem que demonstraram quando decidiram, conscientemente, enveredar por novas formas de produção, mais respeitadoras do ambiente e fornecedoras de alimentos de qualidade, merece o nosso aplauso. Porém, muito trabalho há ainda para fazer. Os “operadores Bio” têm de se afirmar como parceiros credíveis e responsáveis, merecedores de apoios estatais, mas sem se tornarem deles dependentes para sobreviver. Cabe-nos a nós primeiramente colocar na agenda política uma nova ambição para Portugal: fazer desta importante fileira de mercado uma marca de qualidade e de promoção nacional. |